

OFICIO N.º 18/2022
A.DIRECÇÃO/Lisboa, 08-10-22

Assunto: **QUESTÕES OE 2023 - CULTURA**

O Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia, no âmbito das suas atribuições estatutárias de defesa dos trabalhadores de Arqueologia e do Património Cultural, em particular o arqueológico, considerou imperativo dar o seu contributo na Consulta Pública da legislação “Simplificação de licenças e procedimentos para empresas na área ambiental”.

Após a leitura e discussão da “Nota Explicativa do Orçamento do Estado para 2023”, concluímos novamente que não há qualquer menção à arqueologia, (património) arqueológico, arqueólogos ou qualquer outro termo relacionado.

Segundo o documento, o Governo irá promover o “reequilíbrio orgânico e funcional da Direção Geral do Património Cultural, bem como dos Museus, Monumentos e Palácios Nacionais que integram, com vista a melhorar as condições de fruição pública das coleções e do património cultural”. Este processo passará pela revisão dos modelos de gestão, dotando as instituições de condições mais adequadas para o prosseguimento da sua missão e para a sua projeção internacional”. Assim julgamos que é fundamental o investimento no recrutamento público (“externo”) de trabalhadores especializados, para os diversos serviços de Arqueologia na DGPC, DRC, Museus e Monumentos, cuja necessidade está há muito tempo e amplamente diagnosticada e cuja falta de resolução resulta em deficiências críticas no cumprimento das competências do Estado em matéria de Arqueologia, actividade arqueológica e Património Arqueológico. Assim, dentro das “condições mais adequadas para o prosseguimento da sua missão e para a sua projeção internacional” se incluiu o indispensável reforço dos serviços da DGPC, das DRC e dos seus museus e monumentos através da contratação de trabalhadores?

De um modo geral, estranha-se que a reorganização dos serviços seja referida em contexto orçamental, quando não ocorreu a auscultação prévia das associações representativas do

sector, nomeadamente o Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia. Assim, perguntamos se as associações representativas do setor do setor serão ouvidas no processo?

O Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos (PNTA) - apoio plurianual à investigação em Arqueologia não está mencionado no Orçamento do Estado. Há verba alocada ao PNTA no OE 2023? Lembramos que o PNTA não foi até ao momento executado em 2022, de maneira inexplicável.

Na “remodelação dos sistemas de gestão e informação do património cultural” se incluiu a modernização e o investimento na base de dados do património arqueológico (Endovélico) e o Portal do Arqueólogo? Está prevista a criação da infraestrutura de arquivo digital/banco de dados do Arquivo da Arqueologia Portuguesa? Esses investimentos são essenciais e já tardam e muito.

Por que razão a digitalização do Arquivo da Arqueologia Portuguesa, Património ímpar e desprotegido, e cuja necessidade de acesso universal é um imperativo, não foi contemplado na linha de financiamento “Componente da Transição Digital do PRR”?

O “reequilíbrio orgânico e funcional” da DGPC prevê o investimento nas Instalações laboratoriais para o Laboratório de Arqueociências (LARC)? O LARC encontra-se privado de laboratórios próprios desde 2009, com todos os prejuízos para a sua atividade que tal representa.

Igualmente, está prevista a ampliação das instalações do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática - atendendo ao inexplicável subdimensionamento (face às necessidades) das novas instalações do CNANS? Impõe-se a sua ampliação, nomeadamente para o setor da Reserva de espólio de bens arqueológicos provenientes de ambientes húmidos e subaquáticos em fase de tratamento e estabilização.

Apesar de ser um dos pontos debatidos pelo Grupo de Trabalho “Estratégia Nacional para Arqueologia”, criado pela anterior Ministra da Cultura, não é aludida a questão da gestão dos espólios arqueológicos. Neste sentido, há previsão de investimento para a Rede Nacional de Reservas de Espólio Arqueológico - essencial ao reordenamento e gestão de espólios e coleções arqueológicas?

Foi abandonado o Grupo de Trabalho “Estratégia nacional para a Arqueologia”, criado em 2020 através do Despacho n.º 11141/2020, de 12 de novembro? Quais o resultados e recomendações emanadas pelo mesmo grupo?

Relativamente ao PRR e ao objetivo de promover a salvaguarda, dinamização e acesso ao património cultural através da execução da Componente de Cultura, perguntamos, como?

Com que trabalhadores? Há reforço de logística e trabalhadores? Se não, como assegurarão às suas outras funções?

Também se estranha a ausência de referência à execução do Plano de Recuperação e Resiliência no processo de "descentralização" que afetará as Direções Regionais de Cultura, mas também os serviços da DGPC (que assegura as competências relativas à região de Lisboa e Vale do Tejo). Há alguma previsão neste sentido?

Execução do Plano de Recuperação e Resiliência" - estranha-se a ausência de referência ao projecto de renovação do Museu Nacional de Arqueologia, o principal em termos de montante financiado. Para quando a abertura de concurso, que de deseja público e internacional, para a selecção do projecto? Que medidas serão tomadas para se evitar os gravíssimos erros cometidos, por exemplo, no projecto em curso no Claustro da Sé de Lisboa, gerido directamente pela DGPC?

Sobre o projeto de remodelação do Museu Monográfico de Conímbriga, sobre o qual pouco se sabe, quais serão as condições em que decorrerá? Estará encerrado? Qual será a situação dos trabalhadores?

Relativamente à Lotaria do Património, terá continuidade? Qual a verba arrecadada até hoje? Como foi ou vai ser investida? Consta do presente OE2023 (como receita e investimento)?

São muitas questões, e poucas propostas por parte do Governo em defesa dos Trabalhadores de Arqueologia e do Património Arqueológico.

Atentamente

Pela Direcção